

### Resumo

Esta comunicação apresenta os resultados de um estudo, realizado em 2001, na Universidade do Minho, que procurou investigar a recepção da obra de Paulo Freire em Portugal, com base numa pesquisa de revistas e periódicos que, entre 1970 e 2000, publicaram artigos passíveis de documentar as diferentes leituras e interpretações que dela se fizeram. A partir da análise dos documentos encontrados, e de acordo com as teorias da lógica biográfica, procurámos aferir se, ao longo desses trinta anos, os textos de Paulo Freire publicados no nosso país enfatizaram, em determinado momento histórico, a vertente político-social da sua obra, ou se procuraram dar conta do autor mais pedagogo empenhado em denunciar e recusar a inevitabilidade do carácter reprodutor da Educação. No entanto, se admitirmos não ser possível separar o político do pedagogo, podemos então considerar que as interpretações da obra de Paulo Freire constituíram, e constituem, leituras contextualizadas de uma pedagogia politizada, segundo a qual o pensamento do pedagogo está imbuído de uma matriz política, e envolto num objectivo de intervenção dialéctica no social.

#### 1. Breves reflexões acerca da lógica biográfica.

De acordo com a lógica biográfica, nenhuma obra e nenhum autor existem por si sós, afastados ou excluídos de um contexto social, político, económico e histórico que lhes dá sentido e que os coloca ao alcance dos leitores que farão deles a sua própria apropriação.

Devemos, portanto, entender que toda leitura é uma interpretação e que, como tal, deve existir uma perspectiva esclarecida das “teorias” subjacentes à interpretação de qualquer texto para que o intérprete se afirme de forma coerente ao longo do seu percurso de leitura. Assim, a ênfase será colocada não na autonomia textual, mas no enquadramento social e histórico-cultural do texto, dando-lhe um sentido, e não o sentido, possível.

Podemos, com base nas teorias oriundas da noção de *crise do sujeito* que legitimam a multiplicidade de leituras e a supremacia do leitor em substituição do autor “deposto”, aceitar a ideia de que qualquer obra é, em parte, recriada por aqueles que a lêem e pelo modo como a lêem, e reconhecer que qualquer obra fica marcada pelas subjectividades dos leitores. A este respeito, o próprio Paulo Freire afirmou num escrito intitulado “Considerações em torno do ato de estudar”, publicado em 1968, que

“um texto para ser lido é um texto para ser estudado. Um texto para ser estudado é um texto para ser interpretado e estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar relações entre o conteúdo em estudo e outras dimensões afins do conhecimento. Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de re-escrever – tarefa de sujeito e não de objecto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se do texto, renunciando, assim, à sua atitude crítica em face dele (...).”

Se aplicarmos estes pressupostos à obra de Paulo Freire, apercebemo-nos que esta é sujeita a diferentes leituras que vão de textuais a revolucionárias, de pedagógicas a radicais, mas ao mesmo tempo apresenta traços constantes e estruturantes, evidentes e reconhecidos que a tornam universal.

No entanto, os contextos históricos, culturais, políticos e sociais nos quais essa obra surge explicam a “instrumentalização”, as aplicações e adaptações do pensamento de Paulo Freire ao longo das décadas.

## **2. Algumas apropriações da obra e do pensamento de Paulo Freire em Portugal.**

Com o intuito de saber como, por quem e quando é Paulo Freire lido em Portugal, realizámos uma pesquisa que pretendia mostrar em que medida ele é re-equacionado em termos de discurso de acordo com a época em que é lido e com os meios onde é divulgado.

Assim, e com base nas publicações consultadas, parecem existir dois momentos, ou duas entradas, da obra de Paulo Freire em Portugal.

A primeira nos finais da década de 60, época durante a qual Paulo Freire é publicado em jornais regionais e locais como por exemplo no Comércio do Funchal em 1970, assim como em jornais de “Extrema Esquerda”. De facto, numa altura em que a Educação obedecia aos preceitos de Deus, Pátria e Autoridade, Paulo Freire não é citado por autores de referência mas é inspirador de movimentos populares como o Movimento Católico Graal, liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo e Tereza Santa Clara Gomes, e outros com os mesmos objectivos e finalidades: a realização de um trabalho de alfabetização junto de populações mais esquecidas e marginalizadas com vista à conquista da sua libertação e conscientização.

De acordo com Stoer e Dale (1999), surgem no fim do regime autoritário dois programas na teorização da Educação no período de 74-76: o da “Alfabetização” associado com o programa do partido Comunista Português e com as campanhas de alfabetização de massas, e o do “Poder Popular” associado com o programa da Extrema Esquerda e que defendia a necessidade de valorização da cultura local.

A “Alfabetização” centrava a sua actividade na consolidação das mudanças ganhas pelo golpe dos “capitães” e pela vasta resposta popular que a acarinhava, enquanto que o “Poder Popular” tinha como principal preocupação a pedagogia da revolução, isto é, o processo, os meios, a participação e o diálogo da revolução.

Ambos os programas pareciam inspirados em Paulo Freire, mas por razões diferentes e a partir de ângulos diferentes: no caso da “Alfabetização” e da Campanha de Dinamização Cultural – organizada pelo MFA e com os objectivos de coordenar e apoiar todas as associações culturais do país para criar uma rede cultural e agir politicamente através de uma efectiva presença militar entre a população – ,era o *Projecto de Literacia Crítica* de Freire que enquadrava a interrogação política do Salazarismo como regime opressivo e a promoção de uma nova hegemonia cultural. No entanto, outros autores consideram que esta corrente de alfabetização centralista do Partido Comunista que, com a 5ª Divisão do MFA, alfabetizava quem quisesse e quem não quisesse, não era compatível com o pensamento de Paulo Freire.

No caso do “Poder Popular”, era a *pedagogia libertária* de Freire que estava subjacente, na tentativa de providenciar a base para a “práxis da libertação”, construída sobre a conscientização (cf. Stoer & Dale).

Assim, os textos e as teses publicados entre 1970 e 1978 parecem evidenciar a vertente mais política da obra de Paulo Freire ao colocar a ênfase na Educação política e na conscientização, no facto de não existir uma Educação neutra, isto é, à margem de um “engajamento” e um compromisso político-ideológico, e pelo facto de se reconhecer a Educação como arma poderosa ao serviço de uma revolução das ideias, da capacidade crítica dos seus intervenientes, de uma reflexão constante e de um diálogo permanente, de forma a perceber a Educação como acto solidário e nunca solitário.

A segunda entrada de Paulo Freire ocorre na década de 90 após a sua ida aos estados Unidos, a convite dos pedagogos radicais americanos entre os quais se encontrava Peter McLaren. Paulo Freire e a sua obra passaram a conhecer algum destaque em revistas académicas e culturais naquilo que alguns autores referem como a “entrada tardia” de Paulo Freire em Portugal.

De facto, a ausência de algumas das suas obras nas bibliotecas e a falta de referências ao seu pensamento nos cursos de Educação apenas se viram compensadas em finais da década de 90. Não havendo certezas quanto aos motivos que possam explicar este fenómeno, podemos apontar a eventual “falta de rigor” da sua linguagem que alguns teóricos consideravam pouco académica e pouco científica, ou ainda o facto de Freire ter entrado em Portugal não de forma oficial, mas “pela porta das traseiras” por motivos políticos e ideológicos. Na verdade, os regimes ditatoriais não permitiam a sua divulgação, e como o próprio Paulo Freire afirmava em 1992:

“Eu e a *Pedagogia do Oprimido* éramos proibidos de entrar na Espanha como em Portugal. A Espanha de Franco como o Portugal de Salazar nos interdavam a ambos, a *Pedagogia* e a mim”.

De facto, em Portugal, pelo Ofício nº 56-DGI/S, datado de 21 de Fevereiro de 1973, a Direcção dos Serviços de Informação e Turismo ordenava ao Director Geral de Segurança que providenciasse “a bem da nação portuguesa”, a apreensão da edição portuguesa da *Pedagogia do Oprimido*, por tratar-se de “uma obra de teoria política e experiência de mentalização do povo para uma revolução social, de influência marxista”.

Hoje, assistimos à luta pela aquisição e defesa de direitos fundamentais e à conquista de uma capacidade crítica capaz de emancipar e libertar os que são, ainda, oprimidos. Podemos dizer que as lutas que os textos de Paulo Freire serviam na década de 70 em Portugal são as mesmas que se procuram travar, não contra um poder político autoritário, mas contra um conformismo fatalista que parece entorpecer as mentes das gerações mais jovens, e contra a aceitação de uma sociedade desigual marcada pelo não respeito da dignidade e autonomia dos seus cidadãos. A recepção da obra de Paulo Freire em Portugal na última década do século XX e primeira do século XXI pode, portanto, assumir um

cariz de resistência às injustiças e desigualdades impostas pelo processo de globalização que atingiu a Educação, e nesse sentido podemos afirmar que ontem e hoje

“Paulo Freire interessa a políticos porque é pedagogo. Interessa a pedagogos porque é político. Interessa à sociedade porque é nela que a política em geral e a Educação em particular se fundamentam e existem, e porque destas depende a continuidade da vida social” (Campos, 1998:23).

### **Referências bibliográficas**

- CAMPOS, F. de Andrade (1998), “Paulo Freire: actualidade e urgência da sua práxis e do seu discurso”, in *Revista de Educação*, Vol. XII, Departamento de educação da F.C. da U.L.
- GOULART, R.M. (2001), *Literatura e teoria da literatura em tempo de crise*, Ensaio Literatura, Angelus Novus Editora.
- MACEDO, E. (et al.) (2001), *Revisitando Paulo Freire – sentidos na Educação*, Edições ASA.
- MOUTEIRO, A. dos Reis (1998), “(re)encontro com Paulo Freire”, in *Revista de Educação*, nº 13, pp.123-129.
- STOER, S. & DALE, R. (1999), “Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo da revolução portuguesa”, in *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 11, pp.67-81.